

fev

Ata n.º 24/2025

Reunião de Câmara realizada em 2 de dezembro de 2025

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia -----

Pelas dez horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia -----

1.1. Faltas -----

Faltou o Sr. Vereador Domingos Lopes, que justificou a falta por motivos de saúde.

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal -----

1.3. Intervenção dos Vereadores -----

2. Período da Ordem do Dia -----

2.1 Aprovação das atas de reunião de câmara de 10/11/2025 e 18/11/2025 -----

2.2. Administração e Finanças -----

2.2.1. Proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2026; -----

2.2.2. Proposta sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026; -----

2.2.3. Proposta sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2026; ---

2.2.4. Proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026; -----

2.2.5. Proposta de reorganização dos serviços municipais; -----

2.2.6. Proposta de aprovação da atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente; -----

2.3 Educação, Intervenção Social, Saúde, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude.

2.3.1. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de

ped

abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao bombeiro com o NIF 229991874. -----

2.3.2. – Proposta para iniciar procedimento de elaboração do Regulamento do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã. -----

2.3.3. Proposta de atribuição de apoio financeiro pontual à Associação Cultural Princesa Peralta da Lousã, no valor de 75,00 € destinado a apoiar a participação na competição internacional ALL DANCE; -----

2.3.4. Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação de Recuperação do Talasnal, no valor de 1.000,00 €, para dinamização da Aldeia na época do Natal e Passagem de ano; -----

2.3.5. Proposta de atribuição de apoio Financeiro à Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira, no valor de 1.500,00€, para prossecução dos seus fins; -----

2.3.6. Voto de Reconhecimento aos atletas do CABRIL- Clube Academia de Badminton – Francisco Gonçalves, Cândida Cabecinha, Dinis Parreira e Luana Rodrigues pelos resultados obtidos no Campeonato Nacional de Badminton realizado nas caldas da Rainha; -----

2.3.7. Voto de Reconhecimento aos atletas do Rugby Clube de Lousã – Tomás Batista e Afonso Carvalho que se sagraram Campeões da Europa, no Rugby Europe Championship em Praga; -----

2.3.8. Proposta de conversão da deliberação da Câmara Municipal de 10.11.2025 relativa à substituição e nomeação de representante na CPCJ da Lousã. -----

2.4 Planeamento, Ordenamento do Território e Urbanismo -----

2.4.1. Caducidade do Processo de Obras n. º445/1999 -----

2.4.2. Caducidade do Processo de Obras n. º62/2020 -----

2.4.3 – Caducidade da licença de Obras de Construção n. º29/2003

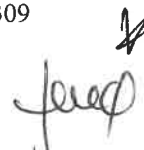
2.4.4. – Caducidade da licença de Obras de Construção n. º73/2022-----

2.4.5. – Caducidade da licença de Obras de Construção n. º57/2019-----

2.5 Florestas e Desenvolvimento Rural -----

2.5.1. Emissão de Parecer – Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização com o Código de registo PR.006457.2025 (ao abrigo do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual – RJAAR)

3 – Intervenção do público



4. Aprovações em minuta-----

1. Período antes da ordem do dia -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Senhor presidente da Câmara Municipal justificou a ausência do Vereador Domingos Lopes nesta reunião por motivos de saúde, podendo também não estar presente nas próximas, desejando-lhe rápida recuperação. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por registar o sucesso da 34.^a edição da Feira do Mel da Castanha, agradecendo a todos os expositores e a todos os funcionários da autarquia que contribuíram de forma decisiva para a organização e para o êxito do evento. Agradeceu igualmente à Lousamel, parceira da autarquia neste evento, destacando a importância da parceria, que permitiu a criação de momentos de carácter mais técnico, para além da vertente expositiva e comercial da feira. Manifestou ainda o seu agradecimento a todos os patrocinadores e a todas as entidades envolvidas, nomeadamente os Bombeiros e as Forças de Segurança, bem como a todos quantos contribuíram para que esta 34.^a edição decorresse com normalidade e sucesso. O Senhor Presidente da Câmara felicitou igualmente Vitória Putkalo pela conquista do título de campeã do Mundial no All Dance Júnior em duas categorias, bem como Joana Gonçalves, que se sagrou Embaixadora do Ano no European Young Chef Award 2025. Deu ainda nota de que a iluminação de Natal no concelho da Lousã teve início na passada sexta-feira. Referiu que no Talasnal a iluminação foi realizada pela Associação de Recuperação do Talasnal, saudando o envolvimento de todos os proprietários da aldeia, que se unem e, com o seu próprio trabalho, asseguram a decoração natalícia, com o apoio da Câmara Municipal. Acrescentou que, paralelamente a estas iluminações de Natal, contactou a Associação do Candal, uma vez que, habitualmente, é esta entidade que promove a iluminação da aldeia. Indicou que, face a alguma hesitação por parte da associação em realizar a iniciativa este ano, manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal para prestar apoio, demonstrando a sua vontade de ver também aquela aldeia iluminada. Foi ainda referido que a Câmara Municipal foi distinguida com o galardão Território para a Longevidade, o qual visa reconhecer as boas práticas desenvolvidas pelo Município junto das populações seniores. O Senhor Presidente felicitou igualmente todo o tecido empresarial do concelho, salientando que várias

empresas foram distinguidas com os prémios PME e PME Excelência, manifestando o orgulho do Município pelo dinamismo e pelo reconhecimento da atividade empresarial local. -----

1.3. Intervenção dos vereadores -----

O Sr. Vereador Luís Santa deu nota de que no dia 26 realizou-se uma Reunião sobre o Ordenamento do Território, no qual é feita a análise da execução do Plano Diretor Municipal, bem como da dinâmica do território e dos principais desafios identificados. Referiu o Relatório do Estado do Ordenamento do território será proposto a apreciação na próxima reunião de Câmara, com vista à abertura do período de discussão pública, durante o qual serão recolhidos contributos, os quais serão analisados e integrados, de forma geral, para a versão final do relatório. ---

A Sr.ª Vereadora Cristina Silva tomou a palavra e disse que no dia 19 de novembro se realizou uma reunião com a presença do Doutor Carlos Batista, Chefe de Divisão, da Técnica Dr.ª Fátima Costa e da Coordenadora Dr.ª Sofia Antunes, responsável pela ligação com a empresa Moderação e Rigor. Durante a reunião, foram analisadas diversas situações previamente reportadas, acerca do funcionamento das AFFS, tendo sido efetuadas as devidas averiguações pelos quadros técnicos em questão. Foi também discutida a última situação ocorrida no Jardim de Infância da Lousã e que está relacionada com a postura de uma das monitoras. A Sr. Vereadora informou que contactou com a encarregada de educação da criança visada e ficou decidido aguardar, pelo menos, mais duas semanas para que a mesma apresente o ponto de situação. Na mesma reunião decidiu-se propor a realização de um dia aberto em cada Jardim de Infância, convidando, por sorteio, um representante dos encarregados de educação por grupo, garantindo que nunca seja o responsável pela criança que frequenta aquele Jardim. O acompanhamento será feito pelos técnicos e coordenadora durante as atividades. Foi deliberada a criação de uma comissão de acompanhamento composta pelos técnicos mais ligados a estas situações (Dr.ª Fátima Costa, Dr.ª Vânia Moreira e Técnica Vânia Matos), que realizará visitas sem agendamento prévio para verificar o desenvolvimento das atividades e elaborar apuramentos com o objetivo de apoiar os colaboradores. A Câmara decidiu organizar e promover um evento, possivelmente num sábado, dirigido a monitoras, técnicos e

fced

com convite também às educadoras e monitoras de creches do concelho. O evento incluirá formações sobre pedagogia para a faixa etária em questão, técnicas de marketing, gestão de atividades e resolução de conflitos em sala com crianças desta idade. A Dr.^a Sofia realizará, também, uma reunião com as monitoras para transmitir todas as preocupações da Câmara, nomeadamente as relacionadas com a segurança e saúde das crianças, reforçando que se trata de uma responsabilidade comum e a necessidade de uma atuação concertada. No dia 25 de novembro realizou-se uma reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Lousã, onde foi aprovado um novo projeto educativo e foram aprovadas as orientações para a Estratégia de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento, decorrentes das alterações à legislação. No dia 28 de novembro, foi comemorado antecipadamente o Dia das Cidades Educadoras, cuja data oficial é 30 de novembro, tendo-se antecipado a celebração por o dia oficial coincidir com um domingo. As atividades realizadas tiveram como objetivo promover aulas fora de portas. Entre as iniciativas realizadas destacam-se: sessão com alunos do 10.º ano no Salão Nobre; visita ao Pelourinho e a outros espaços do concelho e aulas realizadas em parques da Lousã. Na semana passada, decorreu o hastear das Bandeiras Eco-Escolas em dez estabelecimentos de ensino do concelho, sendo 9 pertencentes ao Agrupamento de Escolas da Lousã e a creche da ADIC. Durante os eventos realizaram-se diversas dinâmicas promovidas pelas crianças e jovens, destacando-se: a plantação de árvores de espécies autóctones; atividades nos jardins, incluindo música e outras iniciativas lúdicas e pedagógicas. Relativamente à Carta Educativa, já foram recebidas as sugestões da DGEstE que estão a ser incorporadas pela empresa responsável. Esta partilha foi aprovada no último Conselho Municipal de Educação. Após a inclusão dos ajustes sugeridos pela DGEstE, a Carta Educativa será submetida na plataforma correspondente, seguindo os prazos subsequentes inerentes a esta aprovação. A Carta Social encontra-se em fase de conclusão, após a análise e leitura final, será apresentada à reunião de Câmara e, posteriormente, submetida à aprovação da Assembleia Municipal. O Plano Municipal para a Integração de Migrantes, elaborado no âmbito da CIM RC, encontra-se em fase de conclusão. A CIM remeteu o plano à Câmara na semana passada e este encontra-se atualmente em fase de análise, seguindo-se posteriormente os prazos normais de aprovação. O Plano Municipal da

A
Jard

Juventude encontra-se aprovado e em fase de implementação, estando atualmente a iniciar o terceiro ano de execução, com atividades que se prolongam desde 2024. O plano irá ser disponibilizado aos vereadores para análise, de modo a apoiar a reconstituição do Conselho Municipal da Juventude. Solicita-se ainda que sejam enviadas sugestões relativamente ao plano e à própria constituição do Conselho Municipal da Juventude. -----

O Sr. Vereador António Marçal pegou nas palavras do Sr. Presidente sobre a feira do Mel e da Castanha que tem registado um grande sucesso, com crescente afluência de público e destacou a necessidade de se estudar e identificar um novo espaço, não apenas para esta feira, mas também para outros eventos do concelho. Este estudo visa antecipar situações de lotação máxima e evitar contratempos decorrentes do aumento do número de participantes, garantindo a realização segura e organizada das atividades. Referindo-se ao incêndio florestal que afetou cerca de 3000 hectares na Serra da Lousã, salientou a necessidade de, para além das ações imediatas de mitigação da erosão e estabilização das linhas de água, ser definido um plano de recuperação a médio e longo prazo, com um horizonte temporal de cerca de 20 anos, visando a reconstrução do coberto do solo e a valorização dos serviços de ecossistema, com benefícios para o concelho da Lousã e concelhos vizinhos. Sublinhou que a resposta adequada não deverá assentar em ações precipitadas de rearborização, mas antes na observação e valorização da resposta natural do ecossistema nos próximos dois anos. Nesse período, prevê-se uma regeneração significativa de espécies como a acácia, o pinheiro-bravo e o *Pinus nigra*, bem como, em menor escala, de carvalhos, castanheiros e bétulas, sobretudo em zonas de maior altitude e nas áreas de influência das linhas de água, devendo estas últimas merecer especial atenção para expansão da sua área. Defendeu, assim, a elaboração imediata de um programa estruturado de recuperação da área ardida, a apresentar ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Ambiente, atendendo ao enquadramento da área na Rede Natura 2000, com vista à calendarização das intervenções a iniciar a partir de três anos após o incêndio. As linhas fundamentais desse programa deverão incidir sobre: o controlo e a redução da densidade da regeneração natural de pinheiro-bravo e *Pinus nigra*; Ações localizadas de controlo da regeneração de *Acacia dealbata*; a promoção do aumento de áreas de folhosas caducifólias, nos

J

ped

locais onde as condições edáficas e microclimáticas (fundo, fértil e fresco) o permitam. O programa deverá ser dinamizado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, em articulação e cooperação com as organizações de baldios, a AIGP da Serra da Lousã e os restantes proprietários. Após consolidação a nível concelhio, deverá ser submetido ao Governo, com vista à obtenção do necessário apoio financeiro para a sua execução. -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia, questionou sobre o ponto de situação da venda da STATUS. -----

A Sr.^a Vice-Presidente, assinalou diversas atividades culturais realizadas nos últimos dias, destacando-se também os eventos previstos para as próximas semanas, nomeadamente: atividades no Teatro Municipal e na Casa Carlos Reis; Concerto de Advento na aldeia, pelo Coro Lausus; Mercado de Natal organizado pela Associação Princesa Peralta e informou que a programação do 1.º trimestre de 2026 do Teatro Municipal se encontra concluída. Referiu ainda que haverá um programa de Natal com várias iniciativas na vila, durante aproximadamente uma semana, incluindo atividades diversas, com destaque para uma pista de gelo, destinada a criar um espaço de confraternização e vivência da época natalícia para crianças e adultos. Terminou fazendo referência que no dia 13 de dezembro, pelas 11 horas, decorrerá, no Seminário Maior de Coimbra, a apresentação do programa das comemorações, intitulado “Nunes Pereira: do Nascimento ao Renascimento”. O programa inclui, entre outras atividades, ações no Museu Machado de Castro e conta com a parceria dos Municípios da Lousã, Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil e Montemor-o-Velho. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que, juntamente com outros Presidentes de Câmara, se deslocará a Lisboa para expor ao Sr. Ministro as razões que fundamentam a opção por um traçado alternativo ao IP3, A13 e alternativa à Estrada da Beira inicialmente apresentado. Informou ainda que no passado dia 27 de novembro teve início a construção do Parque de Biomassa no Vale Escuro. Relativamente ao Metro Mondego, referiu que o início da operação está previsto para meados de dezembro, com viagens gratuitas até ao início de janeiro, passando posteriormente a integrar o sistema intermodal de transportes, permitindo a utilização conjunta do Metro Mondego, SMTUC e CP através de um passe único,

com o custo de 40 euros, abrangendo os 19 concelhos da CIM, constituindo uma nova oferta de mobilidade para o território. Em resposta ao Sr. Vereador António Marçal, e no que respeita à Feira do Mel e da Castanha, referiu que o espaço atualmente utilizado se revela exíguo face ao sucesso dos eventos, estando a autarquia a avaliar soluções alternativas que garantam a centralidade, acrescentou que se encontram identificados dois a três espaços potenciais para acolher os principais certames do concelho, designadamente a Feira da Castanha e do Mel e as Festas de São João. Quanto à rearborização e ao plano de intervenção, foi referiu que se encontra em discussão com o Governo um projeto piloto com impacto no território, estando igualmente em curso outros projetos com o Ministério da Agricultura, aguardando-se desenvolvimentos a curto prazo. Relativamente à participação da autarquia na Escola Profissional Status – EMEQUATRO, foi esclarecido que a Câmara detém 2% do capital social, tendo sido apresentada uma proposta de aquisição no valor de cerca de 26.000 euros, posteriormente contraproposta pelo atual executivo no montante de 49.000 euros, a qual foi aceite. O processo encontra-se a aguardar parecer técnico quanto à forma legal de concretização do negócio, nomeadamente quanto à eventual necessidade de hasta pública. Assim que o parecer seja recebido, a intenção é submeter o assunto à apreciação dos órgãos autárquicos, prevendo-se a sua discussão em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal de 29 de dezembro. Manifestou a posição favorável à alienação da referida participação, por não conferir capacidade efetiva de intervenção na gestão da entidade. -----

O Sr. Vereador António Marçal, questionou o valor dos passes do metro Mondego, considerando excessivo, tendo em conta o valor dos passes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. -----

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu a legitimidade das preocupações apresentadas, salientando que, nesta fase, o essencial é a consolidação do novo modelo, atendendo à criação de uma nova autoridade de transportes que passará a gerir o Metro Mondego, a CP e os SMTUC. Referiu que, até ao final do ano e durante o ano de 2026, será prioritário estabilizar esta nova entidade. Destacou que os concelhos de Lisboa e Porto têm um tratamento diferenciado, sendo importante que, com o início da operação, seja possível exercer maior pressão junto do Governo

feud

para assegurar um tratamento equivalente ao das grandes cidades. Relativamente aos tarifários, referiu que as questões levantadas serão oportunamente analisadas, designadamente no que respeita a eventuais ajustamentos, tendo em conta que eventuais défices terão impacto nos municípios através da CIM, sendo, por isso, necessária a devida afinação futura. -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que, no plano de atividades do Metro Mondego, está prevista para a Lousã a criação de dois espaços físicos, sugerindo que sejam utilizados espaços públicos existentes, nomeadamente instalações da Junta de Freguesia da Lousã, através de uma eventual parceria entre a Câmara Municipal e o Metro Mondego. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que já se encontra estabelecido um protocolo entre a Câmara Municipal e a Metro Mondego, para a criação de dois pontos de venda de passes e bilhetes sendo que um funcionará na Câmara Municipal e outro na Junta de Freguesia de Serpis, ficando o fornecimento de equipamento e formação necessária à responsabilidade da Metro Mondego. Referiu ainda que, caso se entenda ser mais útil transferir a emissão de passes da autarquia para a Junta de Freguesia da Lousã, tal não constituirá qualquer impedimento uma vez que este modelo poderá ser posteriormente ajustado, em função da avaliação da melhoria da oferta prestada à população. -----

2. Período da Ordem do Dia -----

2.1 Aprovação das atas de reunião de câmara de 10/11/2025 e 18/11/2025 -----

Foram solicitadas duas alterações à ata de 10/11/2025. -----

Os pedidos de alteração apresentados foram aceites. -----

Colocadas à votação as atas n.ºs vinte de dois e vinte e três, realizadas a dez e dezoito de novembro de 2025 foram aprovadas por unanimidade dos presentes. --

2.2. Administração e Finanças -----

2.2.1. Proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2026-----

O Senhor Presidente da Câmara e esclareceu que a proposta de redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,1%, embora não seja a redução mais significativa desejada, trata-se de uma medida possível no contexto da revisão de impostos municipais. Esta redução, apesar de pequena para cada munícipe,

representa uma diminuição de receita para a autarquia na ordem de 60.000 € anuais. A medida foi considerada responsável por não comprometer a estabilidade financeira do município, e visa sinalizar solidariedade com a população, considerando os tempos atuais de contenção. O Executivo reafirma o compromisso de continuar a trajetória de redução da taxa de IMI, com o objetivo de atingir pelo menos 0,35% até ao final da legislatura. O Sr. Presidente referiu ainda que, com a redução da taxa de IMI e a aplicação do IMI familiarmente responsável, a Câmara abdica de uma cobrança superior a 120.000 €, valor que reverte a favor das famílias, sem comprometer a estabilidade financeira do município. -----

O Sr. Vereador António Marçal tomou a palavra, referindo que o Partido Socialista acompanhará este primeiro sinal de desafogamento fiscal, votando favoravelmente a proposta. Contudo, salientou a necessidade de um reforço da fiscalização sobre os imóveis devolutos, degradados e em ruína que, uma vez reabilitados, poderão contribuir para o aumento da oferta habitacional, sobretudo na área urbana do concelho. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2026. -----

2.2.2. Proposta sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026. -----

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026 referiu que face ao reduzido tempo disponível para a realização de um estudo e análise aprofundada do comportamento dos impostos, não se considerou prudente avançar com alterações nesta matéria. Salientou a necessidade de assegurar o equilíbrio das contas públicas, entendendo-se que, perante a previsão de aumento do valor patrimonial dos imóveis no concelho, a redução do IMI se apresenta como uma opção mais viável e menos arriscada do que uma eventual alteração da taxa de IRS. Assim, e por razões de responsabilidade financeira, foi proposta a manutenção da taxa de participação variável no IRS para o ano de 2026, nos mesmos moldes que têm vindo a ser praticados. -----

O Sr. Vereador António Marçal, disse que a taxa de IRS continua a prejudicar os territórios de baixa densidade, desde logo seria muito arriscado fazer uma grande mudança sem saber como evoluirão as finanças locais. Aproveitou para solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que interfira junto do governo por forma a valorizar os territórios do interior. -----

O Sr. Presidente da Câmara Colocou à votação a proposta sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou, aprovar a Proposta sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026. -----

2.2.3. Proposta sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2026. ---

O Sr. Presidente da Câmara informou que se trata de um imposto aplicado às empresas com faturação superior a 150.000 €, incidindo sobretudo sobre entidades com resultados positivos, e cujo comportamento não é constante ao longo do tempo. Tendo em conta essa variabilidade, bem como outras razões de ordem estratégica, o Município decidiu manter a taxa da derrama em vigor. Recordou ainda que já se encontra prevista a isenção da derrama para todas as empresas com faturação inferior a 150.000€. Referiu ainda que o Município dispõe de um Regulamento de Apoio e Incentivos ao Investidor, que contempla diversos benefícios, nomeadamente reduções de taxas e impostos, condições mais vantajosas na aquisição de terrenos, entre outros apoios, regulamento esse que poderá ser revisto e melhorado ao longo do mandato, com vista a reforçar a competitividade do concelho na atração e fixação de empresas. Assim, considerando todos estes fatores, e à semelhança do decidido relativamente à participação variável no IRS, entendeu-se ser mais responsável manter, para já, a taxa e as regras da derrama anteriormente praticadas, assegurando uma gestão cautelosa das receitas municipais. Por fim, salientou a necessidade de acompanhar eventuais evoluções no âmbito de uma futura Lei das Finanças Locais, bem como de garantir a sustentabilidade financeira do Município, permitindo a continuidade do apoio às associações culturais e desportivas, às famílias e às restantes áreas de intervenção municipal, sem comprometer a capacidade financeira da autarquia. -----

O Sr. Vereador António Marçal disse que a derrama teve na sua origem um carácter excecional, tendo-se transformado ao longo do tempo numa receita permanente. No

contexto atual, não existem condições para prescindir dessa receita. Não obstante o entendimento das explicações apresentadas pelo Presidente, e reconhecendo que a derrama não faz sentido enquanto imposto efetivo, foi manifestada a intenção de acompanhar a proposta, uma vez que não se vislumbra forma de suprir este valor sem comprometer as funções sociais do município, bem como as funções de apoio ao desenvolvimento e à inovação. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2026-----

2.2.4. Proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026.

2.2.5. Proposta de reorganização dos serviços municipais -----

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que o atual organograma não está a otimizar os serviços municipais da forma mais eficiente. Apesar de o Município dispor de funcionários qualificados e conhecedores da realidade da autarquia, estes encontram-se subaproveitados, sendo necessária uma reorganização que promova maior motivação e valorização dos recursos humanos. A reorganização dos serviços municipais visa melhorar a agilização interna, a qualidade do serviço prestado ao Município e aos munícipes, bem como potenciar o acesso a novas fontes indiretas de financiamento e a mais projetos, criando uma dinâmica organizacional mais ampla e eficaz. Este é o princípio orientador da presente proposta, que se pretende venha a traduzir-se num melhor serviço ao munícipe. Na estrutura anterior existiam 13 unidades orgânicas e 4 chefias de divisão, das quais apenas 3 se encontravam ocupadas, representando um encargo mensal aproximado de 43.800 €. Com a nova proposta, prevê-se a criação de 3 unidades orgânicas, 3 departamentos e até 8 divisões. Ainda que fossem preenchidas 6 divisões, o custo mensal estimado seria de cerca de 36.500 €, o que representa uma poupança mensal na ordem dos 6.000

A

Jeu

a 7.000 € face à estrutura anterior. Salientou que esta reorganização permitirá corrigir a atual desorganização estrutural, otimizar custos e reforçar a eficiência da principal máquina administrativa do concelho da Lousã, assegurando uma prestação de serviços mais eficaz e de maior qualidade a todos os munícipes. -----

O Sr. Vereador António Marçal tomou a palavra e manifestou concordância com a criação dos departamentos, enquanto medida de adoção de boas práticas, visando a melhoria e qualificação da organização municipal, nomeadamente através do reforço do grau de autonomia técnica dos respetivos responsáveis. Referiu que a literatura sobre a matéria aponta para que a estruturação em departamentos contribua para uma maior capacidade de decisão por parte dos técnicos superiores, em alinhamento com as orientações estratégicas definidas pelo executivo municipal. Solicitou que futuramente este tipo de propostas sejam sempre acompanhadas de uma análise do respetivo impacto financeiro, por forma a permitir uma decisão mais sustentada. Referiu ainda que, apesar de existir uma descrição sumária, no futuro os serviços poderão apresentar documentos mais consistentes, identificando de forma mais clara a análise efetuada, bem como eventuais redundâncias suscetíveis de melhoria. Por fim, manifestou que, tendo sido disponibilizados os documentos e considerando que a criação do departamento se enquadra nas boas práticas da administração pública, a proposta será acompanhada, na expectativa de que contribua para uma melhor capacidade de resposta aos desafios do município. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de reorganização dos serviços municipais; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta de reorganização dos serviços municipais. -----

2.2.6 - Proposta de aprovação da atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que as despesas de representação se encontram atualmente fixadas apenas para dirigentes de segundo grau e com a presente deliberação pretende-se alargar essa possibilidade aos dirigentes de primeiro grau, uma vez que não existia até ao momento deliberação que permitisse o respetivo pagamento a estes cargos -----

Jord

O Sr. Vereador António Marçal interveio para manifestar a sua concordância com esta proposta. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação da atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aprovação da atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente. -----

2.3 Educação, Intervenção Social, Saúde, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude.

2.3.1. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao bombeiro da Corporação dos Bombeiros Municipais da Lousã com o NIF 229991874. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta, elaborada pela Divisão Administrativa e Financeira referente à atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao bombeiro da Corporação dos Bombeiros Municipais da Lousã com o NIF 229991874. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao bombeiro da Corporação dos Bombeiros Municipais da Lousã com o NIF 229991874. -----

2.3.2. Proposta para iniciar procedimento de elaboração do Regulamento do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã. -----

A Sr. Vice-Presidente referiu a intenção de criar um Prémio Municipal de Sustentabilidade, no âmbito da promoção de práticas sustentáveis no contexto escolar. O regulamento permitirá atribuir um prémio financeiro às turmas com projetos mais diferenciadores na área da sustentabilidade. Disse ainda que o prémio terá, anualmente, um tema específico, a estabelecer em regulamento, podendo incidir sobre áreas como a floresta, o turismo ou outras relacionadas com o território e a sustentabilidade. O valor atribuído destina-se a ser aplicado em fins pedagógicos pela turma ou estabelecimento de ensino premiado. -----

O Sr. Vereador António Marçal manifestou concordância com a proposta, salientando a importância de iniciar estas ações junto dos mais jovens, promovendo a formação de uma consciência cívica e ambiental desde cedo. Referiu que esta aposta deve ser consistente e articulada com outras unidades escolares, destacando o papel do ambiente escolar como ponto de partida para alcançar um universo mais alargado da comunidade. Salientou, ainda que o exemplo dos adultos é determinante, atendendo ao olhar atento e crítico das gerações mais novas. Considerando a identidade e a paisagem do concelho, nomeadamente a Serra enquanto elemento estruturante, afirmou que a proposta faz pleno sentido. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta para iniciar procedimento de elaboração do Regulamento do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta para iniciar procedimento de elaboração do Regulamento do Prémio de Sustentabilidade do Município da Lousã. -----

2.3.3. Proposta de atribuição de apoio financeiro pontual à Associação Cultural Princesa Peralta da Lousã, no valor de 75,00 € destinado a apoiar a participação na competição internacional ALL DANCE; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de atribuição de apoio financeiro pontual à Associação Cultural Princesa Peralta da Lousã, no valor de 75,00 € destinado a apoiar a participação na competição internacional ALL DANCE. A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro pontual à Associação Cultural Princesa Peralta da Lousã, no valor de 75,00 € destinado a apoiar a participação na competição internacional ALL DANCE. -----

2.3.4. Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação de Recuperação do Talasnal, no valor de 1.000,00 €, para dinamização da Aldeia na época do Natal e Passagem de ano; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação de Recuperação do Talasnal, no valor de 1.000,00 €, para dinamização da Aldeia na época do Natal e Passagem de ano -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação de Recuperação do Talasnal, no valor de 1.000,00 €, para dinamização da Aldeia na época do Natal e Passagem de ano. -----

2.3.5. Proposta de atribuição de apoio Financeiro à Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira, no valor de 1.500,00€, para prossecução dos seus fins; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação Proposta de atribuição de apoio Financeiro à Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira, no valor de 1.500,00€, para prossecução dos seus fins. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de Apoio Financeiro à Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira, no valor de 1.500,00€, para prossecução dos seus fins. -----

2.3.6. Voto de Reconhecimento aos atletas do CABRIL- Clube Academia de Badminton – Francisco Gonçalves, Cândida Cabecinha, Dinis Parreira e Luana Rodrigues pelos resultados obtidos no Campeonato Nacional de Badminton realizado nas caldas da Rainha. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o Voto de Reconhecimento aos atletas do CABRIL- Clube Academia de Badminton – Francisco Gonçalves, Cândida Cabecinha, Dinis Parreira e Luana Rodrigues pelos resultados obtidos no Campeonato Nacional de Badminton realizado nas caldas da Rainha-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto de Reconhecimento aos atletas do CABRIL- Clube Academia de Badminton – Francisco Gonçalves, Cândida Cabecinha, Dinis Parreira e Luana Rodrigues pelos resultados obtidos no Campeonato Nacional de Badminton realizado nas caldas da Rainha. -----

2.3.7 Voto de Reconhecimento aos atletas do Rugby Clube de Lousã – Tomás Batista e Afonso Carvalho que se sagraram Campeões da Europa, no Rugby Europe Championship em Praga; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou o Voto de Reconhecimento aos atletas do Rugby Clube de Lousã – Tomás Batista e Afonso Carvalho que se sagraram Campeões da Europa, no Rugby Europe Championship em Praga; -----

ped

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto de Reconhecimento aos atletas do Rugby Clube de Lousã – Tomás Batista e Afonso Carvalho que se sagraram Campeões da Europa, no Rugby Europe Championship em Praga; -----

2.3.8. Proposta de conversão da deliberação da Câmara Municipal de 10.11.2025 relativa à substituição e nomeação de representante na CPCJ da Lousã.

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de conversão da deliberação da Câmara Municipal de 10.11.2025 relativa à substituição e nomeação de representante na CPCJ da Lousã -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de conversão da deliberação da Câmara Municipal de 10.11.2025 relativa à substituição e nomeação de representante na CPCJ da Lousã. -----

2.4. Planeamento, Ordenamento do território e urbanismo -----

2.4.1. Caducidade do Processo de Obras n. º445/1999 -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de caducidade do Processo de Obras n. º445/1999. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a caducidade do Processo de Obras n. º445/1999. -----

2.4.2. Caducidade do Processo de Obras n. º62/2020 -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de caducidade do Processo de Obras n. º62/2020. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a caducidade do Processo de Obras n. º62/2020. -----

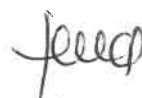
2.4.3 – Caducidade da licença de Obras de Construção n. º29/2003- -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de caducidade do Processo de Obras n. º29/2023. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a caducidade do Processo de Obras n. º29/2020, ausentando-se à votação da Sr. Vereadora Helena Correia. -----

2.4.4. – Caducidade da licença de Obras de Construção n. º73/2022-----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de caducidade do Processo de Obras n. º73/2022. -----



A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a caducidade do Processo de Obras n.º 73/2022. -----

2.4.5. - Caducidade da licença de Obras de Construção n.º 57/2019-----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de caducidade do Processo de Obras n.º 57/2019. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a caducidade do Processo de Obras n.º 57/2019. -----

2.5 Florestas e desenvolvimento rural. -----

2.5.1. Emissão de Parecer - Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização com o Código de registo PR.006457.2025 (ao abrigo do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual - RJAAR)

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Emissão de Parecer - Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização com o Código de registo PR.006457.2025 (ao abrigo do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual - RJAAR). -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Emissão de Parecer - Pedido de Autorização Prévia Para Ações de Rearborização com o Código de registo PR.006457.2025 (ao abrigo do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual - RJAAR). -----

3. Intervenção Público -----

O Sr. Osvaldo Simões Serra, em representação da Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira manifestou preocupação com o estado do tanque, que se encontra rebentado em quatro lados, sendo necessária a sua reparação antes do Verão. Referiu ainda a falta de pavimentação da Rua Direita, cuja empreitada, disse, já ter sido adjudicada, mas permanece sem início de obra. Por último, alertou para o atraso na abertura da estrada para Vale de Nogueira, destacando a sua importância como mais-valia para a aldeia, nomeadamente em situações de incêndio e na resolução dos problemas de saneamento existentes. -----

O Sr. Presidente da Câmara, informou que relativamente ao arranjo do tanque, foi efetuada uma primeira intervenção, contudo o problema não ficou resolvido, estando já prevista, segundo informação dos serviços, uma nova reabilitação. No que respeita à abertura da estrada, o levantamento já se encontra realizado e a Câmara é

favorável à sua abertura, reconhecendo tratar-se de uma mais-valia para a aldeia, conforme defendido pela comissão de moradores. No entanto, não será possível avançar enquanto não existir acordo de todos os proprietários. Quanto à pavimentação da Rua Direita, foi informado que os serviços se deslocarão ao local para verificar o motivo do atraso das obras. -----

4. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas quinze horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Sara Mendes, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



